

# DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

HUMAN RIGHTS AND THE DISABLED PERSON INTERNATIONAL RIGHT

LAFAYETTE POZZOLI\*

## RESUMO

O presente estudo tem o direito internacional e a história correlacionados com a realidade atual para analisar a cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

**Palavras-chave:** Direito internacional. História do direito. Cidadania. Pessoa com deficiência. Inclusão social.

---

\* Advogado, Pós-doutorado em Filosofia do Direito e do Estado pela *Università* “La Sapienza”, Itália. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC/SP. Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do UNIVEM. Coordenador e Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado – e na Graduação do UNIVEM – Marília – SP, Brasil. Professor na Faculdade de Direito da PUC/SP. Consultor Internacional em Legislação para pessoa com deficiência pela OIT Organização Internacional do Trabalho. Consultor avaliador do INEP (MEC) para Cursos Jurídicos. Foi membro do Tribunal de Ética da OAB/SP - TED-1. Sócio efetivo do IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo. Diretor de publicações do Instituto Jacques Maritain do Brasil. Foi Professor Assistente no Curso de TGD, ministrado pelo saudoso Professor André Franco Montoro - Pós-Graduação PUC/SP. Publicou diversas obras, dentre elas: “Pessoa Portadora de deficiência – direitos e garantias” 1ª edição 1992, 2ª edição, 2005; “Justiça dos Tribunais ou da Cidadania”, 1996; “Maritain e o Direito” 2001.



## ABSTRACT

The present study has the international right and related history with de current reality to analyse citizenship of the disabled person and their social inclusion.

**Key-words:** International rights. Justice history. Disabled person. Social inclusion.

*Apesar de suas imperfeições e de seus limites, a democracia é o único caminho por onde passam as energias progressivas da história humana.*

JACQUES MARITAIN

## 1. INTRODUÇÃO

Os organismos internacionais tiveram uma forte influência, notadamente após a segunda guerra mundial, no desenvolvimento do processo de inclusão social dos diversos segmentos da sociedade. A pessoa portadora de deficiência, como consignado na Constituição Federal de 1988, ou Pessoa com Deficiência, como está sendo acostumado tratar o próprio segmento, encontra-se dentro desta conjuntura, de forma concreta, inserida no contexto social, elemento significativo para a caracterização da sua cidadania.

A Organização Mundial da Saúde – OMS - (agência de execução da ONU) afirma que cada país tem 10% (dez por cento) da sua população composta de pessoas com deficiência. Salvo o de difícil adaptação, um contingente expressivo que pode ser incorporado à mão-de-obra ativa do país, proporcionando crescimento e participação ativa e direta na condução dos negócios do país. Aliás, um motivo suficiente para colocar o Estado, considerando seu conceito clássico, na obrigação de dispensar um tratamento tão igual quanto dispensa aos demais membros da sociedade, isto porque se trata de pessoas que têm direito a ter direito, qualquer que seja sua condição social.

É verdade que esta estatística aponta para um âmbito geral, entretanto, a presença dessas deficiências repercute de forma negativa em pelo menos 25% de toda população, considerando as pessoas que ficam em volta da pessoa com deficiência.

E mais grave ainda a situação em países como os da África. Em consequência de guerras, a proporção de pessoa com deficiência em relação à população é calculada na base de 20% e, incluindo os familiares, os parentes e as instituições

públicas e filantrópicas, os efeitos negativos das deficiências podem afetar em até 50% do total da população, refletindo também negativamente no próprio desenvolvimento do País.

Sabemos que as guerras são fatos geradores de grandes transtornos para as pessoas e que desembocam normalmente numa deficiência física, mental ou sensorial. No entanto, deve ser lembrado que a deficiência não é um fato de nossos dias, nem é de nossos dias o sentimento contraditório que fez sociedades ao longo da história buscarem para a pessoa com deficiência alguma culpa humana.

Na verdade as pessoas com deficiência compõem um segmento da sociedade tantas vezes marginalizado pela vida e pela injustiça social, para o qual geralmente lança-se, sem perceber, o olhar desatento de ser humano são ou até cheio de perversidade, reconhecendo-as como seres humanos e, sem a menor cerimônia, muitas vezes, ignorando-as como cidadãs.

São fatos que constatamos no cotidiano. As leis emanadas no plano internacional, bem como as dos Estados nacionais, parecem não serem tão satisfatórias para que o segmento das pessoas com deficiência tenha a devida atenção. Algo indica que se é obrigado a buscar embasamento na chamada lei natural, a fonte das leis. Mas, como se torna possível a crença numa lei comum que se estende “erga-omnes” (para todos), e que por isso transcende a lei particular<sup>1</sup> de uma determinada comunidade política? Como se deu a construção da cidadania, ou melhor, como se tornou viável o tema dos direitos humanos, ou seja, dos direitos e deveres humanos?

O caminho para o desenvolvimento do presente estudo será o direito internacional e a história correlacionados com a realidade atual: este o método usado no presente artigo para análise da cidadania da pessoa com deficiência que proporciona a sua inclusão social.

## 2. CIDADANIA = DIGNIDADE HUMANA

Celso Lafer, no seu livro *A Reconstrução dos Direitos Humanos*, examinando o assunto, observa que no Livro do *Gênese, da bíblia*, está dito que “Deus criou o ser humano à sua imagem”. O ser humano, portanto, é o ponto culminante da criação, tendo importância suprema na economia do universo. Nesta linha os he-

---

1 No livro *A Retórica*, de Aristóteles, fica estabelecida uma distinção entre lei particular e lei comum. Para ele a lei particular é aquela que cada povo dá a si mesmo, podendo as normas dessa lei ser escrita ou não-escrita. Lei comum seria aquela conforme a natureza.

breus sempre sustentaram que a vida é a coisa mais sagrada que há no mundo, e que o ser humano é o ser supremo sobre a terra. Todo ser humano é único, e quem suprime uma existência é como se destruísse o mundo na sua inteireza.

Na elaboração judaica deste ensinamento isto se traduz numa visão da unidade do gênero humano, apesar da diversidade de nações, que se expressa através do reconhecimento e da afirmação das Leis de Noé, que na verdade não deixa de ser o direito comum a todos, pois constituem a aliança de Deus com a humanidade e representam um conceito do “jus naturae et gentium” (direito natural das gentes), ou seja, o direito internacional.

Na vertente grega, Lafer menciona o estoicismo<sup>2</sup> que na época helenística<sup>3</sup>, com o fim da democracia e das cidades-estado, atribuiu à pessoa que tinha perdido a qualidade de cidadão, para se converter em súdito das grandes monarquias, uma nova dignidade. Esta nova dignidade resultou do significado filosófico conferido ao universalismo de Alexandre. O mundo é uma única cidade - cosmópolis - da qual todos participam como amigos e iguais. A comunidade universal do gênero humano corresponde também a um direito universal, fundado num patrimônio racional comum, daí derivando um dos precedentes da teoria cristã da “lex aeterna” (lei eterna) e da “lex naturalis” (lei ligada à natureza humana), igualmente inspiradoras dos direitos humanos.

O cristianismo retoma o ensinamento judaico e grego, procurando aclimatar no mundo, através da evangelização, a idéia de que cada pessoa humana tem um valor absoluto no plano espiritual, pois Jesus chamou a todos para a salvação. Neste chamamento não “há distinção entre judeu e grego”<sup>4</sup>, pois, “não há judeu, nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus”<sup>5</sup>. Neste sentido, o ensinamento cristão é tido como um dos elementos formadores da mentalidade que tornou possível o tema dos direitos humanos.

Enfim, o valor da pessoa humana, historicamente, se agregou àquilo que se convencionou chamar de direito natural ou direitos humanos. Este, evidentemente, um tema mais amplo porque na concepção de alguns filósofos - como foi o caso de Locke - abrangia até mesmo a propriedade privada. Aliás, tanto a Declaração de Virgínia, dos Estados Unidos da América, de 1776, quanto a Declaração Fran-

2 Doutrina greco-romana caracterizada pela severa consideração da questão moral.

3 Período da Grécia antiga que mais conhecemos, Século V ao III, a.C., aproximadamente.

4 São Paulo, Epístola aos Romanos, 10, 12.

5 São Paulo, Epístola aos Gálatas, 3, 28.

cesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, absolveram esta tendência *lockiana* e nelas a propriedade aparece no rol dos direitos naturais.

### 3. AFIRMAÇÃO DO DIREITO HUMANISTA

Embora o termo direito natural não seja unívoco, podemos, entretanto, destacar algumas notas comuns, independentemente da vertente filosófica que o aborda: a)- a idéia de imutabilidade, que presume princípios intemporais; b)- a idéia de universalidade, que alcança a todos “*erga-omnes*”; c)- a idéia de que os seres humanos têm acesso a esses princípios através da razão, da intuição ou da revelação.

Para ilustrar, lembramos um exemplo clássico, apontado por Aristóteles, que dizia respeito à peça de Sófocles que aborda a tragédia de Antígona, filha de Édipo, um rei de Tebas, que foi imolada pelo tirano Creonte. Ao dar sepultura ao seu irmão Policines, Antígona é acusada por Creonte de estar descumprindo uma lei particular. Contra tal acusação ela evoca as imutáveis e não-escritas leis do céu e afirma ser justo por natureza, ainda que seja proibido, enterrar seu irmão.

A crença numa lei comum que rege a todos e que é superior a lei positiva está, pois, na origem da civilização ocidental. Esta crença desenvolveu-se com o termo direito natural, que representaria um padrão geral, a servir como ponto fundamental na avaliação de qualquer ordem jurídica positiva, de modo que o direito natural teria preeminência sobre o direito positivo, vez que este caracteriza-se pelo particularismo de sua localização no tempo e no espaço.

A afirmação de um direito natural, como forma de resgatar a justiça, teve efeitos práticos na obra de codificação das leis. Esses efeitos aparecem claramente na Declaração de Direitos da Virgínia, dos Estados Unidos da América, de 1776:

Artigo 1º - “Todos os homens nascem igualmente livres e independentes, têm direitos certos, essenciais e naturais dos quais não podem, por nenhum contrato, privar nem despojar sua posteridade...”

Também na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e dos Cidadãos de 1789:

No preâmbulo: “Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional... resolvem expor uma declaração solene dos direitos naturais, inalienáveis, imprescritíveis...”

No artigo 11: “O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem...”

O Brasil recebeu o direito natural ou humanista por via da tradição portuguesa. A lei de 11 de agosto de 1827 (criação dos cursos jurídicos) estabeleceu a inserção da cadeira de direito natural, justificando da seguinte forma:

o direito natural, ou da razão, é a fonte de todo direito, porque na razão apurada e preparada por boa e luminosa lógica, se vão achar os princípios gerais e universais para regularem todos os direitos, deveres e convenções do homem.

#### 4. NORMA E DIREITOS HUMANOS

Efetivamente, a burguesia chegou ao poder desfraldando a bandeira do direito natural que serviria de sustentáculo na aparência da ordem fundada na justiça participativa. Não obstante, no século XIX, assistimos ao mesmo tempo a destruição e o triunfo do sistema legado pelo jus-naturalismo. Como isto aconteceu?

Transposta e positivada pelos códigos e pelas constituições a visão jus-naturalista, de um direito natural, foi perdendo significado a idéia de um outro direito que não o direito dos códigos e da Constituição. A codificação terminou por constituir-se em ponte involuntária entre o jus-naturalismo e o positivismo jurídico.

O positivismo esteve ligado, inegavelmente, à necessidade de segurança da sociedade burguesa, em virtude mesmo da falta de unidade e coerência no conjunto de normas vigentes em quase todos os países da Europa.

A codificação surge em virtude de um duplo imperativo sócio-econômico: o primeiro era a necessidade de por em ordem o caos do direito privado para garantir a segurança com justiça das expectativas, e atender, dessa maneira, às necessidades do cálculo econômico-racional de uma economia capitalista em expansão. O segundo era de fornecer ao Estado, através da lei, um instrumento eficaz de intervenção na vida social.

Assim, se o direito natural fora encampado no seu todo pela legislação, então não se poderia duvidar da plenitude da lei, que contém todo o direito, inclusive o direito natural, como ficou expresso na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e dos Cidadãos de 1789. Está aí a gênese do movimento que pretendeu reduzir a ciência do direito a uma simples técnica jurídica, à simples interpretação do texto legal.

Segundo a sapiência do eminente jurista Olney Queiroz Assis, no Brasil o direito natural começa a perder força a partir dos pareceres de Ruy Barbosa sobre o ensino em geral, onde realça a importância da ciência e do método experimental e propõe a substituição da cadeira de direito natural. Esses ataques culminaram, na Faculdade de Direito de São Paulo, com a substituição da cátedra de direito natural pela de filosofia do direito, sendo esta ocupada pela primeira vez pelo jurista e professor Pedro Lessa

O humanismo ressurgiu com extraordinário vigor na Alemanha Ocidental, durante o nazismo, para resistência e, notadamente, após ele, para a restauração da democracia. Depois de ficar subjacente a todo julgamento dos criminosos levados ao Tribunal de Nuremberg (onde foram julgados, após a Segunda Guerra Mundial, os dirigentes nazistas), o direito natural serviu de fundamento às sentenças da Justiça alemã, anulando velhas decisões, baseadas em leis nazistas. Isto empoçou as cátedras universitárias daquele país, da Europa e, dos anos 80 em diante, do Brasil, como veremos a seguir.

## 5. DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL

No humanismo, que inspirou o constitucionalismo, os direitos do ser humano eram vistos como direitos inatos e tidos como verdades evidentes. A positividade desses direitos nas constituições, que se inicia no século XVIII com a Revolução Francesa, almejava, ao menos teoricamente, conferir-lhes uma dimensão permanente e segura. Esta dimensão, acreditava-se, seria o dado de estabilidade, que serviria de contraste e tornaria aceitável e variável, no tempo e no espaço, do direito positivo.

À guisa de ilustração, transcrevemos os artigos I, II e III da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789:

I - O governo é instituído para garantir ao homem o gozo destes direitos naturais e imprescritíveis.

II - Estes direitos são a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade.

III - Todos os homens são iguais por natureza e diante da lei.

Nesta mesma linha, os direitos naturais da pessoa humana encontram-se hoje compilados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas - ONU - de 1948. A maioria destes direitos fundamentais foram ratificados em Constituições dos diversos países signatários da mencionada declaração, dentre eles o Brasil.

Veja isto no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988:

Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Objetivando mais facilmente alcançar a paz entre as nações, para que os Estados-membros da ONU pudessem convalidar em seus respectivos ordenamentos jurídicos da Declaração, foram aprovados em 1966 dois pactos: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Com isto, os Estados-membros assumiram a condição de coadjuvantes partícipes da paz.

O Brasil já convalidou em seu ordenamento jurídico os respectivos pactos.<sup>6</sup>

## 6. OS DIREITOS E DEVERES DO SER HUMANO

Os direitos humanos foram concebidos como proposta de um sistema de vida integral que abarcasse os âmbitos cultural, econômico, político e social, tanto a nível individual como coletivo, e aplicável a todos, sem qualquer discriminação. Exprimem um desejo de sobrevivência cada vez mais profundo à mediada que cresce a ameaça. Não se contentam em proclamar a sede da vida dos seres humanos, mas tentam permitir concretamente a sobrevivência.

Assim, os direitos humanos conscientizam e declaram o que vai sendo adquirido nas lutas sociais e dentro da história, para transformar-se em opção jurídica indeclinável.

A lei provida do órgão competente para legislar no Estado - o Poder Legislativo - foi, gradativamente, assumindo a quase exclusividade da condição de fonte do direito. Vale observar que o crescente intervencionismo estatal, que ampliou o processo de positivação do direito pelo Estado, resultou em base para a convicção de que ele, o direito, não tem por função simplesmente qualificar como boas ou más as condutas das pessoas, mas também servir de instrumento de gestão da própria sociedade.

6 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotados pela Resolução nº2.200-A (XXI) da ONU, em 16 de dezembro de 1966 e ratificados pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992.



A correlação entre direito, Estado e organização social permitiu ver o direito como uma instituição que é um ordenamento, ou seja, uma totalidade organizada que não perde a sua identidade mesmo com a mudança de seus elementos. Assim, a teoria do ordenamento acabou por se configurar como uma teoria do direito, que se ocupa das normas e dos ordenamentos na sua estrutura e não no seu conteúdo. Uma melhor compreensão virá com o desenvolvimento do item seguinte.

## 7. O DIREITO COMO FUNÇÃO PROMOCIONAL DA PESSOA HUMANA

O que caracteriza o direito positivo, no mundo contemporâneo, é a sua contínua mudança. Por isso mesmo torna-se difícil identificar o jurídico só pelo conteúdo. Daí a necessidade de conhecer, identificar e qualificar as normas como jurídicas pela sua forma. A este respeito Hans Kelsen deu uma contribuição teórica ao elaborar, no âmbito da sua teoria, o princípio da dinâmica do direito, graças ao qual uma norma é válida não porque tem um certo conteúdo, mas sim porque foi formalmente criada de acordo com as normas previstas no ordenamento.

Com isto é fácil identificar no direito um instrumento promocional da pessoa humana. O direito não é tão somente um direito punitivo. É neste sentido que afirma Franco Montoro:

O fim do Direito é ordenar a vida da sociedade, orientando a conduta de seus membros e a atividade de suas instituições. Para esse objetivo, ele estabelece normas e procura garantir a eficácia das mesmas, atribuindo consequências positivas a seu cumprimento e negativas ou punitivas à sua violação. Ver no Direito apenas o aplicador de sanções punitivas é diminuir-lo.<sup>7</sup> (grifo nosso).

Esta é uma nova forma de ver/analisar/aplicar o direito. Aliás, o uso de estímulos positivos de maneira preponderante em relação aos aspectos negativos passa a ser uma característica das diversas ciências, não se circunscrevendo tão somente ao direito, afinal os humanistas, o humanismo, estão presentes nos diversos setores da sociedade.

É com as indicações acima ponderadas que buscaremos supedâneo no contexto da teoria geral do direito para poder compreender melhor o tipo de nor-

7 André Franco Montoro, *Estudos de Filosofia do Direito*, pg. 252.

mas, do direito pátrio e o internacional, que tratam dos direitos humanos e, notadamente, dos direitos da pessoa com deficiência, considerando tais direitos com a sua efetiva aplicação, ou seja, o exercício da cidadania.

Por isto, necessário agora analisar os valores presentes na sociedade e que orientam o direito.

## 8. A SOCIEDADE E SUAS CONCEPÇÕES

Não obstante a trajetória histórica que traçamos do direito, resultando num conjunto de normas garantidoras de direitos e obrigações das pessoas com deficiência, a sociedade tem uma cultura também fundada no passado, que reflete no seu comportamento relacional com a legislação. Daí, uma urgente necessidade de adaptar-se à atual realidade. Porém, urge fazer uma análise das concepções presente no seio da sociedade sobre a pessoa com deficiência.

É na prática quotidiana que as pessoas, na sua maioria, costumam adotar três tipos de conduta em relação à pessoa com deficiência e que tem uma correlação imediata com a produção legislativa, seja no plano nacional ou internacional. São concepções enraizadas na cultura da própria civilização atual. A primeira e mais nefasta é a atitude de indiferença. É como se a pessoa com deficiência não existisse. Tudo o que estamos escrevendo neste artigo, por exemplo, não faz o menor sentido para o indiferente. Na perspectiva do indiferente, a pessoa com deficiência está excluída do convívio social, tratando-se de um processo de exclusão que significa negar à pessoa o “*substractum*” básico da cidadania que é o “direito de ter direito”. Quem não tem sequer o direito de ter direitos, não é cidadão!

A segunda é a atitude de caridade. O caridoso se dirige ao portador de deficiência imbuído de interesses mais altruístas, geralmente religiosos. No fundo no fundo o caridoso procura se redimir de algum “pecado” e vê na pessoa com deficiência o objeto dessa remissão. Na perspectiva do caridoso a pessoa com deficiência é um objeto, portanto, não se enquadra no conceito jurídico de “pessoa”, isto é, a pessoa com deficiência não é sequer sujeito de direitos.

A terceira é a atitude paternalista. O paternalista assume, com exclusividade, a responsabilidade pela direção das questões da pessoa com deficiência. Não percebe que tais questões devem envolver, se não toda, ao menos um conjunto maior da sociedade, prioritariamente, a própria pessoa com deficiência. Na perspectiva do paternalista a pessoa com deficiência, apesar de ter direitos, não está

capacitada para exercê-los e que portanto precisa de um tutor, isto é, a pessoa com deficiência é absolutamente incapaz.

A maioria das pessoas, ressalvada as devidas proporções, se adapta às situações que acabamos de referir sobre as concepções. A angústia desse reconhecimento parece ser o primeiro passo para uma reflexão mais séria sobre o problema que estamos abordando porque a pessoa com deficiência não quer ser segregada, não deseja esmolas e muito menos paternalismo; a pessoa com deficiência exige direitos, a começar pelos contemplados pelos documentos internacionais e convalidados na ordem jurídica interna e na Constituição de 1988, devendo exercer sua cidadania.

Deve ser salientado que na maioria dos textos de leis existentes nesta área está presente o ranço das três atitudes acima abordados. Entretanto, nos dias atuais, o Estado caminha no sentido de estabelecer uma legislação própria, segura e de acordo com a existente no âmbito internacional. No Brasil este fenômeno ocorre em todos os campos e, não é diferente na área dos direitos e garantias da pessoa com deficiência, como por exemplo o Projeto de Lei do Estatuto do Portador de Deficiência (PL 7699/2006), em trâmite no Congresso Nacional, a convalidação da importante Convenção 159 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, dentre tantos outros. Com isto, tende o Estado para uma estimulação da participação através de um direito promocional, garantindo o pleno exercício de direitos, sob a égide da equiparação de oportunidades. São indícios que apontam seguramente para um reconhecimento total dos direitos e garantias que este segmento da sociedade constantemente reivindica.

No contexto o trabalho de conscientização dos organismos internacionais tem sido relevante para que haja a inclusão social, como, por exemplo, a proclamação do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência de 1981, analisado com maior detalhe a seguir.

## 9. O IMPORTANTE TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO

1981 foi proclamado pela ONU o Ano Internacional da pessoa com deficiência, sob o lema: “Participação e Igualdade Plenas”. Em 1982 a Assembléia Geral da ONU, através da Resolução 37/52, aprovou o PAM - Programa de Ação Mundial para a pessoa com deficiência, e a década de 1983 a 1992 como forma objetiva de executar o PAM.

Com as iniciativas acima referidas obteve-se plausível êxito. Assim, no mesmo sentido, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 1993 como início da década da igualdade de oportunidades para a pessoa com deficiência. É dentro deste espírito que se enfoca a questão da reserva de mercado na área como forma de garantir um início na equiparação de igualdades para a pessoa com deficiência.

A reserva de mercado expressa na legislação é o resultado da composição da norma que garante o direito de propriedade com a norma que garante à pessoa com deficiência o direito ao trabalho. Esta síntese é um passo na trilha da função social da propriedade.

A participação em condições de igualdade é um dos pilares que deve orientar toda legislação pertinente.

A sociedade tem apresentado significativos avanços. Algumas empresas já começam a investir no trabalho da pessoa com deficiência como forma de vencer tal indiferença. Só para traçar um parâmetro exemplificativo, no Brasil, ao lado de grandes montadoras de automóveis existe uma Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais - Avape, que responde pela maioria do serviço de digitação das respectivas empresas. Deve aqui ser ressaltado que a Avape foi a primeira associação a obter o certificado da ISO - 9002, evidentemente pelo credenciamento dos seus bons serviços prestado.

O Ministério Público do Trabalho de São Paulo, que muito embora aposta numa participação em condições de igualdade da pessoa com deficiência, sente necessidade, neste momento, em ajudar no incentivo às empresas para darem cumprimento à lei de reserva de mercado. Desenvolve um significativo trabalho de conscientização. Diante de eventual denúncia, ajuíza a devida ação judicial e, mesmo assim, busca uma composição na expectativa de mostrar às demais empresas o bom resultado alcançado.

Os congressos, conferências, encontros etc., sob o tema das pessoas com deficiência têm debatido, como diretriz, desenvolver junto às empresas públicas e privadas, um trabalho de conscientização sobre as potencialidades das pessoas com deficiência. Fica claro que elas não estão buscando favores, nem querem privilégios e muito menos paternalismo. Em síntese, as pessoas com deficiência exigem direitos e não privilégios.

O trabalho de conscientização não é senão o de evitar a indiferença daqueles setores em relação ao problema deles.

Os exemplos acima citados se alocam naquilo que denominamos de aspecto promocional do direito, que aponta para a possibilidade de romper a distância

entre o direito formalmente válido e a realidade social. O que se busca com este aspecto é que as pessoas obedeçam aos comandos jurídicos não pelo receio da punição, pelo contrário, que a obediência seja o resultado de um ato de adesão, comprometimento e participação. Neste compasso, do ponto de vista jurídico, o trabalho de conscientização se traduz pela busca da efetividade da norma jurídica, sem fazer da punição o núcleo do convencimento.

## 10. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT<sup>8</sup> - CONVENÇÃO 159

Entrementes, falar em participação da pessoa com deficiência implica em trabalhar condignamente a questão da Reabilitação Profissional. Neste sentido, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, por unanimidade, em 1983, proclamou a Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional em Emprego de Pessoa Com Deficiência. Dispõe o Artigo 2 da Convenção 159:

De acordo com as condições nacionais, experiências e possibilidades nacionais, cada País Membro formulará, aplicará e periodicamente revisará a política nacional sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes.

Não obstante, é no Artigo 5<sup>9</sup> que encontramos um dos princípios basilares do sucesso mundial da Convenção 159 - OIT. Trata-se da vinculação do país signatário, e o Brasil é, em consultar as organizações representativas de empregadores e de empregados sobre a aplicação da política de equiparação de oportunidades para a pessoa com deficiência no âmbito do respectivo País.

A Convenção, após a instituição do Ano Internacional da pessoa com deficiência, passou a exercer um importante papel no desenvolvimento de um processo de conscientização, como visto.

---

8 Agência de Execução da ONU.

9 Art. 5, da Convenção 159 da OIT "As organizações representativas de empregadores e de empregados devem ser consultadas sobre a aplicação dessa política e em particular sobre as medidas que devem ser adotadas para promover a cooperação e coordenação dos organismos públicos e particulares que participam nas atividades de reabilitação profissional. As organizações representativas de e para deficientes devem, também ser consultadas."

## CONCLUSÃO

Um dos direitos fundamental da pessoa humana é o direito ao trabalho, uma conquista no plano do direito internacional e já presente nas Constituições dos diversos países. Se a deficiência (seja ela mental, sensorial ou física) dificulta o acesso a esse direito, torna-se necessário buscar os meios para a superação do problema. Não importa se os meios adotados se alocam na área do direito ou não; importa sim que independentemente dos meios que são utilizados, do ponto de vista jurídico, estará sempre buscando a efetividade da norma constitucional que garante aquele direito.

É possível falar, também, que os princípios constitucionais e prioridades pensadas pelas entidades afins já se encontram, de certa forma, na cultura da sociedade. Não obstante, muito há que se fazer pelas quebras de barreiras ainda existentes, na busca de uma humanização da pessoa com deficiência.

Concluindo, vale ressaltar, deve-se considerar que salvo aquele de difícil adaptação, um contingente significativo de pessoas com deficiência podem, segura e tranqüilamente, serem incorporadas à mão-de-obra ativa do país, tudo dentro do desenvolvimento de princípios de uma justiça social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Trad. Alexandre Correa.

ARAUJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional da própria imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

\_\_\_\_\_. *Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. 3ª edição, Brasília, 2001, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, conforme visualização no site [http://www.mj.gov.br/sedh/dpdp/corde/protecao\\_const.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/dpdp/corde/protecao_const.htm)

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: ed. UNB, 1988.

BALERA, Wagner. *O Direito dos pobres*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

CENDON, Paolo. (a cura di) *Handicap e Diritto*, Torino: Giappichelli, 1997.

CHALITA, Gabriel. *Vivendo a filosofia*, São Paulo: Minden, 1998.

CINELLI, Maurizio e SANDULLI, Pasquale. (a cura di) *Diritto al lavoro dei disabili*, Torino: Giappichelli 2000.

CHARDIN, Pierre Teilhard. *Hino do universo*. Coleção Educadores da Humanidade, São Paulo: Paulus, 1994.

- COELHO, Luiz Fernando. *Lógica jurídica e interpretação das leis*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- ENCÍCLICA *Fides Et Ratio* (Sobre as relações entre fé e razão) Papa João Paulo II. 14/setembro/1998.
- GIORDANI, Igino. *Diário de fogo*. São Paulo: Cidade Nova, 1986.
- IHERING, Rudolf Von. *A Luta pelo direito*. Tradução de João Vasconcelos. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O problema do trabalho*. Agir, Rio de Janeiro: 1956.
- LIMA, Jorge da Cunha; PUSSOLI Lafaiete. (Coord.) *Presença de Maritain testemunhos*. Coleção Instituto Jacques Maritain. São Paulo: LTr, 1995.
- MACHADO, Edgar de Godói da Mata. *Direito e coerção*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. RAMOS, Ernesto Lopes. (Coord.) *Ética na virada do milênio – busca do sentido da vida*. Coleção Instituto Jacques Maritain. São Paulo: LTr, 1999.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral*. Tradução de Afranio Coutinho. Cia. Editora Nacional, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Os direitos do homem*. Tradução de Afranio Coutinho. Prefácio de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.
- MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. São Paulo: RT, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Estudos de filosofia do direito*. São Paulo: RT, 1999.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- NALINI, José Renato. *Uma nova ética para o juiz*. São Paulo: RT, 1994.
- PLATÃO. *A República*. 5ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- POZZOLI, e ASSIS, Olney Queiroz. *Pessoa Portadora de deficiência – direitos e garantias*. São Paulo: Damásio de Jesus, 2ª edição, 2005.
- \_\_\_\_\_. Lafayette. *Maritain e o Direito*. São Paulo: Loyola, 2001.
- \_\_\_\_\_. MARCÍLIO, Maria Luiza. (Coord.) *Cultura dos direitos humanos*. Coleção Instituto Jacques Maritain. São Paulo: LTr, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Justiça dos tribunais ou da cidadania?* São Paulo: Cidade Nova, 1996.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *A filosofia contemporânea no Brasil. conhecimento, política e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Jair Militão da. *A autonomia da escola pública*. Campinas: Papirus, 1996.
- SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. *Segurança jurídica e jurisprudência - um enfoque filosófico-jurídico*. São Paulo: LTr, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Direitos humanos, urgente!*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998
- TOSATO, Lluçiano. *Il lavoro dei disabili*, SMilano: Il Sole 24 ore, 2000.